



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÁTICA DE PESQUISA

ANDRIELLE VIEIRA SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS NA LITERATURA: UMA
ANÁLISE DO ROMANCE DISTÓPICO *1984*.**

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

2023

ANDRIELLE VIEIRA SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS NA LITERATURA: UMA
ANÁLISE DO ROMANCE DISTÓPICO *1984*.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na disciplina de Prática de
Pesquisa como requisito para obtenção do
título de Licenciado em História sob a
orientação do Prof. Dr. Fabio Maza.

São Cristóvão

2023

“Então, vê agora por que os livros são tão odiados e temidos? Eles mostram os poros no rosto da vida. As pessoas acomodadas só querem rostos de cera, sem poros, sem pelos, sem expressão.”

Ray Bradbury

A REPRESENTAÇÃO DE REGIMES TOTALITÁRIOS NA LITERATURA: UMA ANÁLISE DO ROMANCE DISTÓPICO *1984*.

Andrielle Vieira Santos

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação dos Regimes Totalitários e seus aspectos presentes no romance distópico *1984* de George Orwell. A distopia é usada como recurso literário para expor problemas políticos e socioculturais ampliados na realidade criada pelo autor, pois é notório que a literatura também é um meio para realizar críticas a sociedade em que estão inseridos. Diante disso, o trabalho discute brevemente o surgimento e os aspectos das narrativas que determinam o significado de distopia, e posteriormente analisa as características de regimes totalitários presentes na obra em questão. Dessa forma, as ferramentas utilizadas pelos regimes existentes no século XX são expostas e contrastadas com elementos presentes no romance afim de reafirmar a literatura como fonte histórica produzida a partir do tempo, espaço e condição social em que é produzida.

Palavras-chave: Distopia; utopia, política; totalitarismo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the representation of Totalitarian Regimes and their aspects in the dystopian novel "1984" by George Orwell. Dystopia is used as a literary device to expose political and sociocultural issues magnified in the reality created by the author because it is evident that literature is also a means to critique the society in which it is embedded. In light of this, the paper briefly discusses the emergence and aspects of narratives that define the meaning of dystopia, and subsequently analyzes the characteristics of totalitarian regimes present in the work in question. Thus, the tools used by the regimes of the 20th century are exposed and contrasted with elements present in the novel to reaffirm literature as a historical source produced within the context of the time, space, and social conditions in which it is created.

Keywords: Dystopia; utopia, politics; totalitarianism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 UTOPIA X DISTOPIA	7
3 A OBRA	11
4 A DISTOPIA DO INDIVIDUO SOB CONTROLE E A AMEAÇA DO TOTALITARISMO	15
5 CONCLUSÃO	20
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	21

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as representações dos regimes totalitários na literatura a partir da obra 1984. A ideia de apresentar uma análise dessas representações usando como objeto de estudo um romance partiu da necessidade de reafirmar a literatura como fonte histórica, usando especificamente a obra de George Orwell, por acreditar que a mesma exemplifica bem as características do que foi o autoritarismo no século XX, além de contar com as experiências vivenciadas pelo próprio autor a época.

Apesar de a literatura ter sido considerada por muito tempo como objeto criado a partir dos elementos fantasiosos, percebemos que a produção literária possui um forte elo com tempo, espaço e condições socioculturais onde é construída. Deste modo, uma obra produzida com aspectos claramente ficcionais, mas que busca demonstrar as preocupações geradas na Europa pós Segunda Guerra Mundial, como por exemplo 1984, procura resgatar aspectos, relações socioculturais e características do universo em que a obra foi produzida.

Vemos a partir disso como é importante destacar o fato de que a produção de obras literárias está relacionada ao seu tempo, (toda obra literária é produto do seu tempo) refletindo em suas narrativas as angústias dos agentes sociais mesclando elementos de ficção com as realidades existentes no momento de sua criação. Em síntese, a obra de ficção é lida como uma mediação entre o real e as aspirações coletivas, transformando-se em relato de um determinado contexto histórico. Por isso, obras literárias qualificam-se como vestígios históricos, cabendo ao historiador debruçar-se sobre eles, utilizando-se da produção historiográfica e buscando trazer à tona sua versão da “história real” de determinado tempo pelos olhos de um observador privilegiado.

Os anos de 1901 a 1950 foram o momento histórico no qual a literatura distópica, que imagina o futuro como um tempo pior que o atual, se consolidou como uma das marcas desse período. O período entreguerras até os anos iniciais do pós-Segunda Guerra é marcado por diversos eventos que possibilitaram o surgimento de um pensamento pessimista acerca do futuro. Os anos 1920, 1930 e 1940 foram a era clássica das “utopias em negativo”, das anti-utopias ou distopias. Essas são as “décadas diabólicas”, os anos do desemprego em massa, das perseguições em massa, de ditadores brutais e das guerras mundiais”

Após a primeira grande guerra, uma onda pró-ditatorial movimentou a Europa. Da Itália disseminaram-se movimentos fascistas para grande parte dos países desse núcleo, entretanto poucos países tiveram êxito nesse avanço. Os movimentos totalitários são possíveis

onde quer que exista uma grande massa com interesses pela organização política. Essas massas não se unem apenas por um interesse comum, mas existem um fator determinante para cada país, só pessoas politicamente interessadas, pessoas informadas que se preocupam com a condução da existência coletiva que será refletida em sua experiência individual, e que exercem o poder do voto. O sucesso do totalitarismo entre as massas significa o fim da ilusão dos países democráticos em geral. Ele demonstra o poder que grupos organizados podem facilmente constituir a maioria num país de governo democrático.

Em 1948, as marcas da guerra ainda eram sentidas na memória coletiva e manobras políticas dos governos envolvidos, nesse clima George Orwell publica sua obra 1984, onde o autor destila todo o seu profundo desapontamento com a política das sociedades no século XX. George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, viveu durante um período de grandes convulsões políticas e sociais, ele testemunhou os horrores da Segunda Guerra Mundial e estava preocupado com o crescimento do autoritarismo e da vigilância estatal durante o século XX.

Influenciado por obras como “Nós” de Yevgeny Zamyatin e “Nós, os Mortos” de Hugh Walpole, que exploraram temas de controle estatal e repressão, ele cria essa ficcionalização distópica onde seu posicionamento é desenvolvido abertamente mantendo os limites entre discurso histórico e discurso ficcional. 1984 proporciona ao leitor uma análise crítica do contexto social e político do século XX e, mais especificamente, dos regimes totalitários que emergiram durante o século. Na obra, o controle exercido pelo governo sobre os textos históricos e o papel do protagonista Winston Smith enquanto escritor e “historiador” não só problematiza os mecanismos de manipulação dos fatos sob um regime totalitário, mas também os próprios limites entre história e ficção como representações discursivas da realidade.

É a partir dessas percepções e problemáticas que o presente trabalho busca observar o romance Orwelliano. 1984 é uma crítica ácida a estruturas políticas autoritárias de todos os tipos, porém, a obra é um alerta que vai além das possibilidades negativas desse ou daquele regime. O intuito é problematizar essa produção para além da sua função de lazer, mas também algo que se assemelha a posicionamentos perante a realidade vivida pelos agentes sociais, refletindo o contexto histórico vivido pelo autor e que inspirou a produção da obra.

O presente trabalho foi desenvolvido como requisito para conclusão de curso apresentado a disciplina Prática de Pesquisa para o Departamento de História – DHI, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

2 UTOPIA X DISTOPIA

Contrariando a definição de que seria apenas a ideia oposta à distopia, tendo origem no grego, a palavra utopia¹ tem como significado um lugar ideal que não é no agora, mas que pode vir a ser no futuro. É também do grego que poderemos localizar aquela que pode ser considerada a primeira obra com traços utópicos; trata-se do poema escrito por Hesíodo, que teria vivido durante o século VIII (a. C.), chamado *Trabalhos e dias*. Em sua obra, o poeta nos apresenta a “Idade do Ouro”, uma época em que não havia entre os homens nenhuma preocupação ou conflito.

Ainda que Hesíodo seja o precursor da escrita do que no futuro se tornaria um gênero literário, na história da literatura a obra de Platão *A Republica* (380 a. C.) é considerada um marco ao apresentar ideias relacionadas ao que conhecemos hoje como utopia¹. Em sua obra Platão nos apresenta ideias políticas representadas de forma profunda. Sua narrativa parte da caracterização de um mundo justo e ideal, discutindo de forma direta sobre o senso de coletividade, onde o mesmo traz a ideia de que o indivíduo só possuiria o próprio corpo como individual sendo todo o resto comum a sociedade.

Posteriormente Thomas More se destaca como criador do termo “utopia” com a criação de sua obra *Utopia* (1516) que apresenta semelhanças à sociedade criada por Platão por trazer ideias relacionadas ao ideal de coletividade presente na sociedade descrita em *A República*. Assim como Platão, More cria uma cidade fictícia como objeto de crítica a sociedade ao qual pertencia, sendo Platão à sociedade de Atena, More em sua obra faz o mesmo sobre a Inglaterra do século XVI. Para ele o princípio para viver em uma sociedade fundada em leis igualitárias, na qual toda propriedade é comum e as pessoas vivem em harmonia, livres de violência e intolerância, era seguir todas as regras coletivas e individuais.

O pensamento utópico apresenta modelos de sociedade que seriam considerados como a melhor forma de vivência entre os indivíduos a que a ela pertencem. Desse modo, a literatura utópica nos apresenta uma sociedade perfeita, onde não há problemas coletivos ou individuais, bem como não existem divergência de pensamento entre os indivíduos.

Considerando os filósofos gregos, pode-se dizer que eles correspondem a um primeiro momento do pensamento utópico diretamente ligado ao pensamento filosófico; e é a partir de Thomas More que a utopia se organizaria de forma literária servindo de matéria para produção

¹ Utopia é uma palavra inventada por Thomas More, no século XVI, usando o grego. Ela é formada por OU, que significa “não” e TOPOS, “lugar”. Teria o sentido de “lugar nenhum”, mas More e outros utopistas usavam-na para representar um lugar onde tudo funciona perfeitamente. Disponível em: <https://www.gramatica.net.br/> Acesso em: 04 de set. de 2023

de obras narrativas. Esse ideal começa a ser alterado a partir do projeto utópico de Thomas Münzer, apesar das vinculações religiosas é com ele que vemos a utopia se convertendo em ação efetiva na medida em que o homem se apresenta à história enquanto agente do seu destino, e posteriormente ganha novos contornos com o pensamento de Rousseau. O filósofo francês estabelecia uma peculiar face utópica da sua obra que consistia na distinção entre *homme naturel* e *homme artificiel*; opondo-se a teoria hobbesiana de que o homem seria naturalmente mau, Rousseau entendia que a artificialidade do homem era resultado da violação do princípio da liberdade e da igualdade de direitos, e somente uma forma de estado que respeitasse esses princípios poderia fazer com que o homem se remontasse à sua pureza original.

De acordo com Berriel (2005), estudioso das utopias literárias, as utopias são geradas por dois princípios diferentes. O primeiro seria a partir de uma experiência histórica, como metáfora; enquanto o segundo seria a partir de uma ideia de construção abstrata (como a *Civitas Solis*²), sendo assim, para o autor, a distopia seria oriunda deste segundo princípio. Para Berriel (2005), há características que diferenciam os conceitos de utopia e distopia, pois ele reafirma a questão do ponto de vista de cada indivíduo e ainda alerta sobre uma possível relatividade de seus conceitos:

É bem sabido que a distopia nasceu da utopia, e que ambas expressões são estreitamente ligadas. Há em toda utopia um elemento distópico, expresso ou tácito, e vice-versa. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita. A distopia, que revela o medo da opressão totalizante, pode ser vista como o oposto especular da própria utopia. É preciso considerar a relatividade daquilo a que se referia Margareth Mead, quando avisava ser o sonho de um o pesadelo do outro. Afinal, o sonho de um pode ser perfeitamente inócuo para o outro. Trata-se principalmente da constatação de que o “sonho” perfeito de um, quando é oriundo de um constructo abstrato (que é efêmero, mas se quer eterno, que é singular, mas se imagina universal, que aspira a decretar o fim da História por se crer o ponto de chegada da vida humana), este sonho é o que gera o pesadelo da distopia. (BERRIEL, 2005, p. 4).

De início, supõe-se que o conceito de distopia é puramente a contraposição do conceito de utopia, porém, podemos definir distopia como oposição entre “bom lugar” e o “lugar ruim”. As utopias propõem uma mudança para melhor no presente, enquanto as distopias amplificam

² Civitas Solis ou A Cidade do Sol é uma utopia escrita por Tommaso Campanella, publicada em 1602.

os efeitos negativos do presente e idealizam para o futuro o prevalecimento desses efeitos. Partindo do conceito de distopia e utopia, Carlos Berriel os define como:

São muito diferentes as perspectivas pelas quais os autores de utopias e distopias edificam as suas construções; ambas, entretanto, são regidas pelas mesmas leis, como a tragédia e a comédia também o são, segundo o juízo clássico, aristotélico. Podemos considerar que: a) a utopia clássica se desenvolve construindo um hiato (insanável) entre a História real e o espaço reservado para as projeções utópicas; a descoberta de um país distante, até então ignorado (como no enredo de Morus, Campanella e outros) se tornou símbolo de uma fratura não apenas geográfica, mas, sobretudo histórica; b) a distopia busca colocar-se em continuidade com o processo histórico, ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia). (BERRIEL, 2005, p. 5)

Considerando etimologicamente, ou seja, a origem do termo distopia, existem dois morfemas: o prefixo dis, que vem do grego *dýs*, que significa difícil. Em segundo lugar, *topos*, também vindo do grego, que significa lugar. Segundo Berriel (2005), as distopias surgiram involuntariamente a partir de dois momentos históricos. Ainda que contrários os elementos fundantes do que conhecemos hoje como literatura distópica seriam: a Igreja Católica e o Estado Soviético. Ele acredita que essas instituições criaram um ideal de perfeição que não suportaria um confronto que pudesse destruí-las. Assim a ilusão de perfeição atribuía a elas o ideal de utopias já realizadas, o que gerou de forma involuntária o material que se formaliza na distopia.

Thomas More ao escrever *Utopia* idealizou uma sociedade perfeita, embora não se posicionando diretamente contrário ao regime de Henrique VIII sofreu pena de morte por questões político-religiosas. O posicionamento do autor seguia muitas das ideias de Aristóteles em suas obras, esse posicionamento se torna evidente no ideal de família construído por ele, onde as mesmas eram compostas por entre 10 a 16 membros. No entanto, os direitos das mulheres não eram discutidos.

A partir da ideia de que distopias são oriundas de um dos princípios da utopia, em seu livro "*O que é utopia*", Teixeira Coelho traz uma relação entre a vida na sociedade utópica de More e a vigilância do Grande Irmão, uma das figuras-chaves da distopia de George Orwell, ele diz:

A vida em comum é outra meta constante dos programas utópicos, e ela é estimulada na ilha de More, onde grupos de 30 famílias se reúnem para tomar as refeições. E essa vida é, ali, bastante regrada. Não há bares em Utopia, nem bordéis. Tampouco há oportunidades para "praticar-se a sedução" porque não há lugares para "encontros 13 secretos"; aqui aparece outra idiossincrasia de More, em cujo elenco de preocupações o sexo não aparecia nos primeiros lugares. Além do mais, "todos ficam de olho em você, de modo que se é obrigado a trabalhar e fazer um uso conveniente do tempo livre". Este olho debruçado sobre todos antecipa o Grande Irmão de 1984, que a todos vigia através da TV. Assim, os prazeres em Utopia são muito mais os do espírito e os provocados pela ausência de doença. A eliminação da doença é outro objetivo dos projetos utópicos; de Utopia ela não estava eliminada, mas, quando ocorria e era fatal, admitia-se e estimulava-se a eutanásia, a boa morte. (COELHO, 1985, p.32)

Ainda pensando no ideal de sociedade utópica, no final do século XIX, no Brasil, tivemos Canudos³, um exemplo do que pode ser considerado a idealização de uma sociedade utópica que existiu fora do âmbito literário. Durante o início da República no Brasil, Antônio Conselheiro, líder religioso, fundou uma comunidade que não acreditavam nos ideais da república, essa comunidade era composta em suma por indígenas, sertanejos e recém-escravizados. Canudos funcionava a partir da coletividade e autossustentabilidade, não havia presença do governo e a cidade era independente. Canudos carregava diversas características que se assemelhavam com a sociedade idealizada por Thomas More.

Diante das semelhanças entre realidade e obras literárias, sejam elas utópicas ou distópicas, podemos considerar que esses ideais não se concretizam quanto forma de vida em uma sociedade por diferentes motivos, dentre eles o desinteresse dos mais poderosos, que no exemplo dado, bem como na utopia de More que desagradou o regime absolutista de Henrique VIII, se caracteriza pelo Estado.

Desse modo, podemos considerar que as distopias surgiram a partir das utopias e que suas semelhanças e divergências se complementam enquanto gêneros literários. Considerando a trajetória do pensamento utópico e distópico, nos ateremos ao exercício da reflexão desses pensamentos como gêneros literários que remontam o contexto histórico vivido pelo autor da obra aqui apresentada.

³ Canudos –A cidade era um vilarejo na Bahia, liderado por Antônio Conselheiro, um líder religioso, e ali moravam seus seguidores. A Guerra de Canudos foi um confronto entre os moradores da cidade de Canudos e o Exército Brasileiro, no qual mais de 25 mil pessoas foram mortas. Saiba mais em: POLITIZE. Guerra de Canudos: o que foi?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/guerra-de-canudos/> Acesso em: 12 de out. de 2023

3 A OBRA

Ambientado em um espaço social caracteristicamente totalitário, Orwell nos apresenta a vida de Winston Smith em vinte e três capítulos marcados apenas numericamente. A Inglaterra não é mais Inglaterra, chamada no ano que dá nome a obra de Faixa aérea 1, província da Oceania, que se localiza na América do Norte, é governada pelo Partido liderado pelo “Grande Irmão”. Winston, é um homem comum que trabalha no Departamento de Registro do Ministério da Verdade e tem como principal função alterar registros jornalísticos e históricos a fim de adequá-los a narrativa do partido.

Através dos olhos de Winston conhecemos a imensa estrutura burocrática na qual se apoia o regime descrito no romance. A Oceania é uma das três superpotências mundiais delineadas no romance, sendo as outras duas a Eurásia e a Lestásia. Descrita como uma cidade sombria e opressiva, a arquitetura da Oceania é caracteristicamente austera e funcional, com edifícios decrepitos e ruas sujas resultado da infundável guerra travada entre as superpotências.

A Oceania é uma sociedade de classes sociais rigidamente estratificadas. O Partido é composto pela elite privilegiada que detém o poder e desfruta de determinados privilégios, enquanto a maioria da população vive em condições de pobreza e opressão. As liberdades individuais são suprimidas e o Partido controla até mesmo os pensamentos e as emoções das pessoas. A ambientação da Oceania é estrategicamente criada para transmitir a atmosfera de desespero, medo e autoritarismo que permeia o romance. A descrição de um ambiente sombrio e controlado reforça a sensação de opressão e a falta de liberdade dos personagens, enquanto a constante vigilância reforça o sentimento de paranoia e falta de privacidade.

O Partido é retratado como uma entidade opressiva que busca a supressão da individualidade, a reescrita da história, a manipulação da linguagem e o controle absoluto da população. É composto por três classes principais: a elite interna, que detém o poder real e desfruta dos privilégios; a classe média, composta por membros do Partido que exercem funções burocráticas e administrativas nos ministérios, classe em que o protagonista está inserido; e a classe trabalhadora, as “proles” ou “proletas”, que constitui a maioria da população e vive em condições de extrema pobreza.

Uma das principais características do partido é sua implacável busca pelo controle das mentes, e isto é posto em prática a partir do “*duplipensar*”. Duplipensar consiste em manter simultaneamente duas ideias contraditórias na mente e acreditar em ambas. Isso é reforçado pela “*novilingua*”, uma linguagem criada para limitar o pensamento e eliminar

palavras que possam representar conceitos perigosos para o Partido. Através dessas ferramentas de dominação o Partido controla a realidade, eliminando a possibilidade de crítica ou questionamento.

A propaganda desempenha um papel crucial na manipulação da população. Slogans como “Guerra é Paz”, “Liberdade é Escravidão” e “Ignorância é Força” são repetidos incessantemente para reforçar a ideologia do partido e manter a população submissa. O Partido também usa a repressão física e psicológica para controlar e punir dissidentes. Em resumo, o Partido é uma representação do autoritarismo e dos perigos de um governo totalitário, uma distopia que nos permite ver a importância da liberdade, da privacidade e do pensamento crítico.

Apesar do protagonista ser apenas um indivíduo comum em uma sociedade em que se deve viver de forma coletiva, o personagem apresenta um traço que o diferencia dos demais; Smith se mostra insatisfeito com a sociedade na qual vive, desejando liberdade e privacidade em um mundo onde o governo exerce controle absoluto sobre todas as esferas da vida.

As características desse regime assumem forma no rosto do “Grande Irmão”, o líder máximo da Revolução que implantou esse novo modelo social na Oceania. Apesar de sua presença nunca ser fisicamente confirmada, sua imagem está em todos os lugares: nos cartazes, nas “teletelas” e nos slogans do Partido. Ele é retratado como uma figura imponente e carismática, quase como uma divindade que é adorada e reverenciada pela população. Sua imagem é usada para incutir medo, obediência e devoção aos cidadãos. O personagem do “Grande Irmão” representa o poder do Partido e o fim da individualidade e liberdade, é um poderoso símbolo da opressão e vigilância do Estado.

A organização e funcionamento do Partido se organiza a partir de quatro ministérios principais que desempenham papéis importantes no controle da informação e no monitoramento dos cidadãos, são eles o Ministério da Verdade, Ministério da Paz, Ministério do Amor e Ministério da Abundância. O Ministério da Verdade é responsável por reescrever a história e manipular a informação, modificando registros históricos e documentos para se adequarem à narrativa do Partido, criando uma realidade fictícia que serve aos interesses do governo. O objetivo é controlar a memória coletiva e garantir que o Partido seja sempre retratado de maneira favorável.

Outro ministério é o da Paz e tem a função de administrar a guerra e manter o controle sobre as ameaças externas ao regime. O nome desse ministério, aparentemente

irônico, reflete a estratégia do Partido de perpetuar um estado de guerra contínuo para manter a população temerosa e submissa.

O Ministério do Amor é encarregado da repressão e controle da população. É responsável por aplicar a vigilância constante e punir quem se opor ao Partido e lugar onde ocorrem interrogatórios, torturas e lavagem cerebral, com o objetivo de eliminar qualquer pensamento dissidente e garantir lealdade absoluta ao Partido.

Por fim, o Ministério da Abundância é responsável pela economia e distribuição de recursos, manipula a produção e suprimento de bens para manter a população em constante escassez e dependente do governo. Juntos esses ministérios trabalham para estabelecer o controle total do Partido sobre a população, limitando a liberdade individual, suprimindo o pensamento crítico e manipulando informação.

Através de Winston Smith testemunhamos a luta pela individualidade e a busca pela verdade, além da sua insatisfação com a sociedade em que vive. A passividade demonstrada pelo personagem nos primeiros capítulos do texto é gradativamente substituída por uma coragem gerada não somente pela impunidade de suas “subversões”, mas também pelo relacionamento com Júlia, membro do partido com quem Winston mantém secretamente um relacionamento político-amoroso. Esse relacionamento amoroso permite a Winston viver num universo próprio mantido nos limites do regime do Grande Irmão, onde esses impulsos, pensamentos e sentimentos são explorados e não precisam ser constantemente sufocados.

Num primeiro momento, a revolta de Winston ganha um caráter mais completo na escrita do seu diário, considerado como uma forma de subversão, sua escrita se torna uma forma de fuga da realidade em que está inserido. Em determinadas passagens da obra o autor exemplifica a consciência que o personagem principal tem sobre a dominação exercida pelo Partido, em uma delas, durante os “dois minutos de ódio⁴” Winston manifesta sua revolta quando escreve sem perceber a frase “Abaixo o Grande Irmão”.

No decorrer dos capítulos Winston continua usando o diário para contar ao leitor um pouco mais sobre a sua vida dentro daquele regime. Em certo ponto trechos de seu diário e da narração se complementam para contar a história de seu casamento onde fica evidente a tentativa do autor de trazer a superfície os problemas mais secretos e pessoais do personagem. Essa ênfase de individualidade do personagem tida por meio da escrita

⁴ Dois minutos de ódio é um evento diário de propaganda controlado pelo Partido, no qual os cidadãos são incentivados a expressar seu ódio e raiva contra inimigos do Estado.

do diário, reforça a ideia de que por conta de toda a opressão que ele sofre, sua procura pela liberdade se dá olhando para si mesmo.

Considerando o contexto, a escrita do diário é o modo mais explícito de acesso aos pensamentos do personagem que o leitor pode ter, uma vez que no Regime da Oceania os diálogos são artificiais e monitorados, impedindo que o personagem se expresse de forma direta pois pode ser punido por isso.

Diante disso, ainda a partir das revelações íntimas feitas por Winston em seu diário fica evidente que há uma tomada de consciência gradativa, mas que em determinados aspectos o personagem não rompe efetivamente com alguns dos privilégios que o Partido oferece. Em determinado ponto Winston faz referência aos “Proletas”⁵, insinuando que a revolução e a derrocada do Grande Irmão virão deles, e ao se referir a eles Winston não se inclui, ou seja, ele se situa longe das massas populares. Desse modo, se ocorrer a tomada do poder pela população o sistema ao qual ele está inserido e o beneficia será desbancado, o que destruiria parte do seu modo de vida muito mais do que o Grande Irmão o fez.

Portanto, a revolta deve ocorrer juntamente com a tomada de consciência. Porém, Winston se coloca apenas como o indivíduo que toma consciência e delega a classe trabalhadora o papel da parte concreta da revolta. Ou seja, Winston deveria se unir aos Proletas, ao escolher se manter contido e agindo a seu favor ele acaba propagando ainda mais a ideologia do Partido – apesar de não ser um indivíduo totalmente adaptado aos ideais do Partido como O’Brien⁶ - em vez de ir de encontro a ela. Parte disso pode vir a existir pela limitação demonstrada por Winston como rebelde a estar restrito ao “como” derrubar o Partido, e não saber o motivo por trás dessa necessidade.

Em certo ponto do livro o personagem O’Brien direciona a Winston a seguinte afirmação: “a segunda coisa que debes entender é que poder é poder e o poder sobre todos os entes humanos. Sobre o corpo, mas, acima de tudo, sobre a mente. O poder sobre a matéria, realidade externa, como a chamarias, não é importante.” Essa fala exemplifica como o poder exercido na distopia ultrapassa o plano físico e atinge as camadas mais profundas da mente do protagonista, demonstrando que Winston não conseguia preservar

⁵ Os Proletas consistem na classe social mais baixa e menos instruída da Oceania. Eles constituem maioria da população e são considerados ignorantes, e de certa forma não ameaçadores pelo Partido.

⁶ Membro do Partido Interno, posteriormente responsável pela captura e reeducação de Winston. O’Brien é o símbolo da manipulação do Partido e da crueldade do sistema totalitário.

sua liberdade nem no único espaço que te restava dentro dessa sociedade, sua própria mente.

Nos últimos capítulos do livro Winston é fisicamente e psicologicamente torturado, aqui as atitudes de Winston podem ser encaradas de duas formas. A primeira é que o personagem escolhe deixar de lado seus questionamentos por não saber o “porquê” do funcionamento das coisas e assim salvar sua vida declarando amor ao Grande Irmão, ou seja, sua subversão caminha lado a lado com seus interesses próprios, ela parece ir somente até o ponto em que te traz vantagens, e a partir do momento em que ela não mais convém ele a abandona, também em benefício próprio; Na segunda, Winston está à procura de um tipo de liberdade que seja diferente da realidade imposta pelo Grande Irmão. Porém, quando passa pela reeducação imposta pelo Partido na figura de O’Brien, ele entende que não lhe serve manter essa afirmação de liberdade, e ao se deparar com o poder do Partido é obrigado a aceitar ou encara a morte.

4 A DISTOPIA DO INDIVÍDUO SOB CONTROLE E A AMEAÇA DO TOTALITARISMO

O romance 1984 se destaca principalmente por ser uma obra ficcional que traz uma reflexão sobre o poder que os regimes totalitários podem causar em uma sociedade. Em seu romance George Orwell conseguiu criar uma sociedade com aspectos tão semelhantes aos regimes totalitários do século XX que mesmo muito tempo depois da sua publicação, em 1949 ano recente ao fim da Segunda Guerra Mundial, a obra é vista como uma possível “previsão” do que pode vir a ser o futuro. Tida como um clássico, ela exemplifica a ideia de que as pessoas que viveram esse período de guerra e até o pós guerra, com os crimes contra a humanidade praticados a fim de beneficiar os interesses do Estado, não vivenciaríamos esse período caso os regimes totalitários não existissem.

O tema central abordado pelo autor é a liberdade, bem como em sua obra *A Revolução dos Bichos* (1945), Orwell discute a tirania imposta aos indivíduos quando a vontade daqueles que detém o poder não é seguida. Essa sátira às aspirações do Totalitarismo foi escrita no Pós-Guerra e as experiências vividas pelo autor que lutou durante seis meses contra o ditador Francisco Franco (1892 – 1975) ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola e experienciou as Guerras Mundiais foram essenciais para que ele pudesse escrever sobre essa sociedade distópica não tão distante do ano em que se passa a história e também dá nome ao livro.

Há diversas características da história que remetem aos regimes totalitários existentes no século XX, Orwell não atem suas críticas acidas a esse ou aquele país. É possível notar no decorrer do romance que o controle das ideias, dos pensamentos e opiniões das pessoas é feita principalmente por meio do esquecimento do passado, das proibições de registros sobre o presente, pela omissão da liberdade do indivíduo, e isso usando principalmente o terror como elemento fundamental para manutenção do sistema, ou seja, a escrita de um diário que o personagem principal escreve, se qualifica como um grave crime contra o Estado.

“A coisa que estava prestes a fazer era começar um diário. Não que isso fosse ilegal (nada era ilegal, visto que já não existiam leis), mas se o fato fosse descoberto era praticamente certo que o punissem com a morte ou com pelo menos vinte e cinco anos de prisão em algum campo de trabalhos forçados. Winston encaixou uma pena no porta-penas e chupou-a para remover a graxa. A pena era um instrumento arcaico, pouco usado inclusive para assinaturas, e ele obtivera aquela, furtivamente e com alguma dificuldade, só por ter sentido que o belo papel creme merecia que escrevesse nele com uma pena de verdade, em vez de ser rabiscado com lápis-tinta. Na verdade, Winston não estava habituado a escrever a mão. Exceto no caso de um ou outro bilhete muito curto, o hábito era ditar tudo ao ditógrafo, o que, evidentemente, não se aplicava à circunstância presente. Mergulhou a caneta na tinta e vacilou por um segundo. Suas entranhas foram percorridas por um estremecimento. Marcar o papel era o ato decisivo.” (ORWELL, 2009, p. 17)

O Totalitarismo atravessa todo âmbito social, cultural e principalmente econômico do Estado, o terror deixa de ser apenas uma forma de extermínio e passa a ser um instrumento cotidiano de manipulação e controle.

Bem como nos regimes existentes no século XX a figura de um líder é de total importância para a manutenção do poder. Para Souza (2007, p.251), “cabe ao líder a tarefa de suprema importância de definir quem é o inimigo a ser liquidado”. Ou seja, o líder é aquele quem dita, quem traça estratégias e manobras de poder; em 1984 esse líder se apresenta como o *Grande Irmão*, personagem misterioso que é visto como quase divino, uma entidade por quem os membros do partido têm grande devoção. Sobre ele, Orwell faz a seguinte descrição: “Em cada patamar, diante da porta do elevador, o cartaz da cara enorme o fitava na parede. Era uma dessas figuras cujos olhos seguem a gente por toda a parte. O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda” (ORWELL, 1996, p. 07). O Grande Irmão estava em toda

parte, é descrito como alguém de cabelo e bigode negro, o protetor destemido e invencível. Em certa parte do romance o autor descreve a reação dos membros do partido ao vê-lo:

Nesse momento, todo o grupo se pôs a entoar um cantochão ritmado “G. I!... G. I!... G. I!” Repetido inúmeras vezes com uma longa pausa entre o G e o I –um som cavo e surdo, curiosamente selvagem, no fundo do qual se parecia ouvir batida de pés nus e o rufo dos atabaques. (ORWELL, p. 20)

De acordo com Hannah Arendt (2012, p.456), o líder “é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige [...]”. Ou seja, seu comportamento não é de um tirano, sua presença não demonstra a sede de poder ou o interesse pela manipulação do seu povo, ele depende das massas tanto quanto elas dependem dele pois como um funcionário, o líder sabe que o seu fracasso ocasionará sua substituição. Segundo Hannah Arendt (2012, p.456), foi nesse contexto que em um de seus discursos Hitler disse “Tudo o que vocês são, o são através de mim; tudo que eu sou, sou somente através de vocês”.

É importante ressaltar outro fator fundamental observado na figura do líder totalitário, talvez uma de suas principais características é a forma como confundem ficção e realidade. Em sistemas totalitários era visível a forma como o líder, dentro das ideologias do próprio sistema, lista aspectos que fundamentam um mundo totalmente fictício, mas que é passado as massas como um mundo real e possível. O próprio conceito de verdade acaba ganhando novos contornos dentro dessa lógica passando a ser aquilo que está de acordo com o que é dito pelo líder.

A totalidade do líder se dá a partir do movimento totalitário, é o movimento apoiado pelas massas que dá o título de líder ao mesmo, portanto, há aí uma troca de interesse entre massas e líder. Desse modo, em *1984*, esse fato se faz presente em suas histórias onde o *Grande Irmão* foi aquele que liderou e protegeu a revolução.

A figura do líder se populariza com a ajuda da propaganda, ela possibilita a divulgação do que seria a verdade do Partido. Segundo Hannah Arendt (2012, p. 474) somente “a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda”, a ralé pela falta do pensamento crítico e a elite por seus interesses particulares, mas as massas como um todo só conseguem aderir ao totalitarismo por meio das ações motivadas pela propaganda. Em *1984*, Orwell não explora com dedicação a questão da propaganda, isso porque na narrativa fica claro que o totalitarismo já está consolidado na Oceania. Numa importante passagem Orwell, fazendo referência ao *Ministério da Verdade*, explica como a fase de trazer adeptos ao regime já foi superada:

Assim que fossem reunidas e classificadas todas as correções necessárias a um dado número do Times, aquela edição era reimpressa, destruído o número original, e o exemplar correto colocado no arquivo em seu lugar. Esse processo de alteração contínua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias – a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. (Orwell, p. 41)

Uma das principais funções das notícias era enfatizar as glórias do Partido e do Grande Irmão, é improvável que o Ministério da Verdade divulgasse notícias que ferissem a integridade do Grande Irmão ou do Partido. Isso mostra como a notícia é também um meio de propaganda, e uma das suas funções nos regimes totalitários reais bem como no romance de Orwell, é desacreditar aqueles que se mostram contrários à sua ideologia. As propagandas são utilizadas como armas para atacar abertamente seus “inimigos”, além de esconder os reais problemas sociais da população. Assim como Hitler tinha os judeus, Stalin tinha a conspiração trotskista, em 1984 o Grande Irmão tinha Emmanuel Goldstein⁷ como seu grande inimigo.

Outra característica da propaganda totalitária presente no romance diz respeito à disseminação do medo. A propaganda comunista de Stalin, por exemplo, ameaçava com a perda do “trem da história, de se atrasarem irremediavelmente em relação ao tempo de esbanjarem suas vidas inutilmente”. (ARENDR, 202, p. 478). Já Hitler ameaçava com falsos discursos de degradação da raça e da vida com o “perigo” semita. Na Oceania, O Grande Irmão ameaça com a vigilância constante com a presença das “Teletelas⁸” e também pode ser vista na famosa frase usada como propaganda do Partido, “O Grande Irmão zela por você”.

Outra forte característica do totalitarismo é a manipulação da informação por meio da supressão de conhecimento e a mentira. É de forma incansável que os líderes estão escolhendo possibilidades para o desenvolvimento de uma realidade fictícia, portanto, é preciso estar sempre manipulando a verdade, o que geralmente acontece por meio de uma imprensa própria. Essa manipulação é caracterizada na obra pelo trabalho que Winston exerce *Ministério da Verdade*, instituição cujo dever é o controle daquilo que se deve conhecer.

Em 1984 os fatos históricos são manipulados e moldados aos moldes do Regime, o passado é constantemente atualizado, datado e documentado para que as informações antigas

⁷ Emmanuel Goldstein é retratado como um traidor e inimigo do Estado. Ele é usado como bode expiatório para manter o controle sobre a população, seu papel é central na manipulação da informação e do pensamento na sociedade distópica retratada na obra.

⁸ As Teletelas são uma combinação de televisão e câmeras de segurança e estão presentes em quase todos os espaços públicos e privados da sociedade retratada em 1984.

não entrem em contradição com a realizada. A história torna-se, nas palavras de Orwell (1996, p. 41), “um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário”. Dessa forma era impossível que algo saísse do controle. Independente da fraude ou erro na previsão do Partido, ao ser apagado e reescrito, era incapaz de vir a público a verdade dos fatos.

Uma das frases mais importantes de 1984 é exatamente o lema do Partido: “Quem controla o passado, controla o futuro, quem controla o presente, controla o passado”. Ou seja, o modo mais eficaz da manutenção do controle empregado pelo Partido é por meio da manipulação das informações e fatos da história. Em determinada passagem do romance, Winston explica esse acontecimento:

Já não sabemos quase nada sobre a Revolução e os anos anteriores à Revolução. Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estatua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. (Orwell, 1996, p. 145-146)

Nos Regimes Totalitários há a máxima de que a história é escrita pelos vencedores ou por quem está no poder. Na análise de Hannah Arendt os Regimes Totalitários do século XX também provocaram a manipulação dos processos históricos. A ideia era revisar e adequar aos moldes ideológicos do Regime, tendo assim a manipulação do passado, presente e futuro. Nesse contexto Arendt diz:

A essa aversão da elite de intelectuais pela historiografia oficial, à sua convicção de que nada impedia que a história, fraudulenta como era, fosse usada como brinquedo por alguns malucos, deve acrescentar-se o terrível fascínio exercido pela possibilidade de que gigantescas mentiras e monstruosas falsidades viessem a transformar-se em fatos incontestes, de que o homem pudesse ter a liberdade de mudar à vontade o seu passado, e de que a diferença entre a verdade e a mentira pudesse deixar de ser objetiva e passasse a ser apenas uma questão de poder e de esperteza, de pressão e de repetição infinita. (ARENDR, 2012, p. 466).

Em 1984 há a necessidade de estar sempre em guerra e essa também é uma constante nos governos Totalitários. Apesar desses governos serem a própria invasão e dominação dos espaços, a guerra é a forma usada para o domínio da população, bem como a eliminação de todos os que são considerados inimigos. Mesmo que o regime esteja plenamente consolidado, no totalitarismo se faz necessário a criação de um inimigo popular que acompanha a ideia de expansão de territórios. Na narrativa de Orwell há três blocos hegemônicos que dominam o mundo, e enquanto o primeiro está em guerra com o segundo, o terceiro está em paz como

aliado de um deles. Assim que a guerra acaba o aliado se torna inimigo, e a potencia inimiga se torna aliada, dando inicio a uma nova guerra. No entanto, o autor alerta para o fato de que em “nenhuma manifestação publica ou particular se admitia jamais que as três potências se tivessem agrupado diferentemente”. (1996, p. 35)

No que diz respeito a questão da constante guerra entre as superpotências, podemos afirmar que essa ameaça constante contribui para o controle das massas; pois o medo de uma invasão une a população em torno do Partido, fazendo do Grande Irmão o grande protetor em uma guerra que possivelmente nem está acontecendo. Na obra orwelliana, o autor não dá total veracidade a esse acontecimento, ele abre para a possibilidade de que a guerra seja mais uma mentira forjada pelo partido, porém as notícias e o estado de guerra precisam estar presentes diariamente naquela sociedade. “Não importa que de fato haja uma guerra e, como não é possível uma vitória decisiva, pouco importa que a guerra vá bem ou mal. O que importa é que possa existir o estado de guerra”. (ORWELL, 1996, p.180)

5 CONCLUSÃO

A relação entre Estado e individuo é discutida de forma ampla na distopia analisada no presente trabalho, esta que não se encontra distante do mundo real. Sendo assim, o desenvolvimento desse trabalho possibilitou discutir, mesmo que de forma parcial, a importância do caráter crítico da literatura. A análise sobre o regime totalitário criado por George Orwell em 1984, retrata o cenário de um mundo real vivenciado por alguns países no século XX. Desse modo podemos considerar a distopia a idealização daqueles que detém o poder.

Diante do exposto, fica evidente que a conclusão do livro é sombria e desoladora retratando a natureza de um regime totalitário onde a verdade é completamente distorcida. “1984” nos lembra da importância de preservar a liberdade, proteger o acesso à informação verdadeira e resistir a opressão. A obra convida a refletir sobre a fragilidade da democracia e a necessidade contínua de estar vigilante para proteger os direitos fundamentais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORWELL, George. 1984. Tradução de Wilson Velloso, 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Hannah Arendt e o totalitarismo: o conceito e os mortos*. Revista Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista v. 7 n. 1 p. 243-260. 2007. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/issue/view/292>. Acesso em: 02 out 2023.

LIMA, Márcio J.S. *O totalitarismo de Hannah Arendt na obra 1984 de George Orwell*. Revista Paranaense de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 97-110, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/rpfilo/article/view/5913/3936>. Acesso em: 04 out 2023.

MORE, Thomas. *A Utopia*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

BERRIEL, Carlos Eduardo. Editorial da Morus. *Revista Morus – Utopia e Renascimento* - 2, p. 4-10, 2005 Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x01s1sv> Acesso em 12 de set. de 2023.

BERRIEL, Carlos Eduardo. *Cidades Utópicas do Renascimento*, Cienc. Cult. vol.56, nº 2. São Paulo. Abr/Jun 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200021. Acesso em: 12 de set. de 2023.

TAVARES, Débora Reis. *A revolta contra o totalitarismo em 1984 de George Orwell, a formação do herói degradado*. São Paulo. 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-12022014-125702/publico/2013_DeboraReisTavares_VCorr.pdf Acesso em: 16 de out de 2023.

ALVES, Leticia Conceição S.R. *Era dos extremos: Análise política e histórica dos romances distópicos de Orwell, Huxley e Atwood*. Sergipe, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16053> Acesso em: 19 de set 2023.